

VERDADE 12.528 (2013), de Paula Sacchetta e Peu Robles

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída em 2012 pela lei nº12.528, sancionada em 2011. A comissão colheu depoimentos de diversos agentes e vítimas do Regime Militar e investigou violações de direitos humanos ocorridas nos anos de repressão. Em 2014 foi entregue à presidenta Dilma Roussef o relatório final, concluindo a ocorrência de práticas de torturas e assassinatos de presos políticos. O filme *Verdade 12.528*, dirigido por Paula Sacchetta e Peu Robles, parte da Comissão da Verdade e entrevista sobreviventes das torturas e violências da ditadura militar, discutindo a memória recente do Brasil e a necessidade de se voltar aquele período.

Possuindo uma duração de 50 minutos e majoritariamente entrevistas e depoimentos em seu corpo narrativo, *Verdade 12.528* se vale desse formato conforme busca uma contundência e uma clareza de discurso ao se tratar da ditadura militar e das investigações dos crimes perpetrados no período. Antes de entrar de fato na Comissão, o filme passa por uma série de depoimentos detalhados acerca das violências sofridas pelos presos políticos torturados. O filme não faz uma ode à comissão. De maneira consciente, os mesmos depoentes ex presos políticos e familiares de desaparecidos falam sobre ela, alguns mais otimistas, outros questionando certas diretrizes. Sacchetta e Robles se posicionam ao lado das vítimas: o fato de haver uma problematização complexifica a discussão e aprofunda o debate em torno do tema.

Alguns efeitos que reproduzem sons de máquinas de escrever surgem durante o filme, junto de fotos e imagens de arquivo. No início, uma dessas inserções já esclarece o título e explica a lei que instituiu a Comissão, explicitando, assim, o objeto a ser discutido a partir dos depoimentos. Então as entrevistas começam a ser intercaladas e, pouco a pouco, o espectador entra em contato com os indivíduos e suas relações com a violência do Regime.

O filme se atém a princípio às famílias dos desaparecidos, suas versões dos fatos, como a notícias das mortes chegaram até eles e o tempo em que ficaram sem saber do paradeiro dos corpos. Marcelo Rubens Paiva, por exemplo, escritor e jornalista, filho do político Rubens Paiva morto pela ditadura, fala sobre o episódio da prisão e desaparecimento e como sua família lida até hoje com o desaparecimento do pai. Vera Paiva, irmã de Marcelo, comenta a respeito do doloroso processo de aceitação da morte do pai desaparecido. Clarice Herzog, viúva de Vladimir Herzog, jornalista

assassinado pelo regime, também é entrevistada e conta, momento a momento como se deu a prisão e a morte do marido.¹

Após os primeiros depoimentos dos familiares, Sacchetta e Robles se dirigem aos sobreviventes. Há de se atentar para a veracidade e os detalhes dos depoimentos acerca do abuso que sofreram os sobreviventes da ditadura. Guiomar da Silva Lopes, Amelinha Teles, e outras mulheres, militantes no período, narram as torturas, descrevendo os procedimentos dos militares e as figuras presentes durante os interrogatórios, como o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra. O militar é acusado pela maioria dos depoentes como um dos mais violentos torturadores. O filme faz questão, nesse momento, de expor sua foto e declarar que ele encontra-se em liberdade.

Criméia de Almeida, ex militante do PCdoB, comenta que estava visivelmente grávida, mas mesmo assim foi espancada. Outros depoimentos revelam humilhações e torturas psicológicas, envolvendo ameaças às famílias das vítimas. Amelinha Teles relata que o então major Ustra chegou a levar seus filhos para ameaçá-la nas salas de tortura. Guiomar Lopes conta que tentou suicídio se atirando através janela do hospital em que foi levada pelos militares.

Aproximadamente aos 30 minutos de filme a atenção se volta ao Araguaia² e às vítimas que moravam na região na época e se relacionaram com os militantes membros da guerrilha que se instaurou no local. Os habitantes descrevem as torturas que sofreram, mas também relatam com muita dureza a relação estabelecida entre eles, militantes e militares. Segundo os depoentes os verdadeiros inimigos eram os torturadores, uma vez que os guerrilheiros não faziam mal à comunidade.

Após esse momento no Araguaia o filme traz os depoimentos dos membros da Comissão da Verdade. Problematizações e questionamentos a respeito da comissão são colocados pelos entrevistados. Clarice Herzog, por exemplo, se diz muito otimista com a Comissão da Verdade, tanto por conta da credibilidade de seus membros quanto pela necessidade do povo saber o que realmente aconteceu naqueles anos. Já Marcelo

¹ Herzog foi preso e morto sob tortura, porém sua morte foi veiculada como suicídio. Acredita-se que o suicídio foi forjado.

² Após o endurecimento do Regime e aumento das perseguições e prisões, principalmente devido ao Ato Institucional Nº 5, grupos de militantes do PCdoB se fixaram em uma região entre as divisas dos estados de Tocantins e Pará, nas margens do Rio Araguaia, e iniciaram um movimento de guerrilha, baseado na Revolução chilena e cubana, para combater a ditadura militar. Grande parte dos combatentes foi morta em combate ou presa e executada em meados da década de 1970 (disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/> acessado em 26/10/2015).

Rubens Paiva não possui uma opinião tão positiva e diz que essa comissão não foi aquela que deveria ser feita e sim a que se pôde fazer.

O que fica claro, e talvez seja consenso entre todos, é a importância das investigações e do resgate fiel e justo dos fatos ocorridos e suprimidos com a anistia geral e irrestrita³. O filme defende a importância da memória política do país, do resgate a essa memória e da investigação e documentação dos crimes cometidos.

O filme foi finalizado em 2013, antes da entrega do relatório final à presidenta Dilma em dezembro de 2014: após mais de dois anos levantando documentação, realizando auditorias públicas e depoimentos, a comissão responsabilizou mais de 300 pessoas como responsáveis direta e indiretamente pelas práticas de tortura. Apesar de não haver responsabilização jurídica aos nomes levantados, o relatório recomenda ao governo que os apontados como participantes de violação de direitos humanos respondam por seus crimes na justiça e que as forças armadas reconheçam tais crimes.

Verdade 12.528 estreou em 2013 na Mostra Internacional de São Paulo. Além da Mostra, o filme teve uma prolífica carreira em festivais, no Brasil e no exterior. Foi exibido em Berlim, na Alemanha, em um festival sobre os 50 anos do golpe no Brasil. Foi exibido também no Festival Cinema Vérité no Irã, em um colóquio no Haiti e em um seminário acerca das comissões da verdade pelo mundo em New Orleans, nos Estados Unidos.

No Brasil, foi exibido no Cine Direitos Humanos e Cine Cipó, ambos em Minas Gerais. No Cine Mube Vitrine Independente, também em Minas Gerais, o filme venceu os prêmios do júri e do público na categoria de melhor filme. O 4º Festival Pachamama de Cinema de Fronteira, em Rio Branco, no Acre, também exibiu o longa. Além de festivais de cinema, *Verdade 12.528* foi exibido em escolas e universidades pelo Brasil, acompanhado de debates com os diretores, e também foi distribuído na rede pública de ensino pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo.⁴

Rafael Dornellas⁵

³ A Lei da Anistia foi promulgada durante o governo do General Figueiredo em 1979 e absolvía todos os participantes, torturadores, perseguidos, cassados e punidos durante o Regime Militar (disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/> acessado em 26/10/2015).

⁴ Disponível em <http://joaoemariadoc.com/doc-verdade-12-528> acessado em 10/08/2015.

⁵ Bolsista de Iniciação Científica CNPq, orientado pelo prof. dr. Eduardo Victorio Morettin, dentro do projeto Cinema e história no Brasil: estratégias discursivas do documentário na construção de uma

FONTES DE PESQUISA:

TRAJANO, Gérson. Verdade 12.528: para ser virada, uma página deve ser lida. Carta Maior. Cultura. 23/10/2013.

Disponível em

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cultura/Verdade-12-528-Para-ser-virada-uma-pagina-deve-ser-lida/39/29299> acessado em 10/08/2015.

Comissão da Verdade online: Disponível em <http://www.cnv.gov.br/> acessado em 10/08/2015.

Página do filme: Disponível em <http://joaoemariadoc.com/doc-verdade-12-528> acessado em 10/08/2015.

Site: <http://memoriasdaditadura.org.br/> acessado em 26/10/2015.